



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Política social e Serviço Social.

Sub-eixo: Ênfase em Educação.

ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: UMA VISÃO DISCENTE ACERCA DO NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE NA UFAL / CAMPUS ARAPIRACA

Rita de Cassia dos Santos¹
Isabelle Rayane Santos Rocha²

Resumo: Este artigo propõe realizar uma breve análise a respeito da atuação dos assistentes sociais na política de educação, destacando o papel do profissional na assistência estudantil. Desta forma, aponta-se o contexto histórico do ensino superior no país, bem como os programas que se destinam a efetivar a permanência da classe trabalhadora na universidade.

Palavras-chave: Assistência estudantil, Educação, Assistentes sociais, Classe trabalhadora.

Abstract: This article proposes to make a brief analysis about the role of social workers in education policy, highlighting the function of this professional in student assistance. Furthermore, this article specifies the historical context of higher education in the country, as well as the programs that are designed to ensure the permanence of the working class in the university.

Keywords: Student assistance, education, social workers, working class.

I. Introdução

O presente trabalho faz um recorte histórico da educação no Brasil, a chegada da profissão no país e sua atuação com a política de educação, especificamente no ensino superior, no Núcleo de Assistência ao Estudante – NAE. O Núcleo é campo de atuação de assistentes sociais, psicólogos, educador físico, nutricionista, assistentes em administração e técnico em assuntos educacionais. Porém, desde o seu surgimento, não houve a presença de todos os profissionais necessários e encontra-se atualmente desprovido de profissionais formados em educação física e psicologia.

A equipe do NAE na UFAL do município de Arapiraca atua de modo multidisciplinar para que as demandas institucionais e dos usuários sejam atendidas. A instituição solicita memorandos, relatórios, dados dos estudantes e dos profissionais; os estudantes demandam auxílios financeiros/bolsas entre

¹ Estudante de Graduação. Universidade Federal de Alagoas. E-mail: <rita00santos@hotmail.com>.

² Estudante de Graduação. Universidade Federal de Alagoas. Universidade Federal de Alagoas. E-mail: <rita00santos@hotmail.com>.

outros serviços de atendimento direto aos estudantes, como em casos de assédio sexual dentro da universidade.

Será explanado sobre a história da educação, para tornar possível a compreensão da importância de assistentes sociais nesta política. Para entender o Serviço Social na educação superior, é necessário assimilar sua relação com o modo de produção no qual estão inseridos - o modo de produção capitalista - este possui a exploração do trabalho como base, sustentado por ideologias da classe dominante, reproduzido também pela classe trabalhadora, devido a sua alienação. Por meio do trabalho, o homem consegue prover seu sustento, o de sua família e gerar mais valor para o empregador, este empregador, fazendo menção aos capitalistas, são os que mais lucram com esta forma de organizar o trabalho³.

Segundo CORAL (2016, p.35):

Esse modo de apropriação e de exploração do trabalho requer e determina um conjunto de regulações e ações do Estado que tem incidências objetivas nas políticas e práticas públicas em prol da acumulação do capital, mediadas por ideologias, saberes e modos de ser e viver, legitimando poderes políticos, de educação, de justiça, de igualdade, de liberdade, de cultura.

A educação superior no Brasil, uma das atividades de reprodução dessa sociedade é um dos mecanismos de controle social utilizado pelo sistema do capital desde suas primeiras instituições. Em 1920, no Rio de Janeiro é criada a primeira Universidade do país, com o decreto de nº 14.343, de 7 de setembro, com os cursos de medicina e direito (de acordo com o próprio decreto).

Parafrazeando ARAÚJO (2003), é apenas na Constituição Federal de 1937 que aparece a expressão "diretrizes e bases da educação nacional"; naquele período, a universidade possuía um público específico, os filhos da burguesia. Somente no fim do período ditatorial a instituição/universidade se expande e abarca um percentual da classe trabalhadora, mudando o perfil dos estudantes e, posteriormente, o quadro de discentes.

Compreende-se que são priorizados os cursos capazes de gerar grandes rendimentos de forma direta, muitas empresas privadas também investem nesse campo; dentro das universidades, são investidos menores recursos na área de humanas, pois, em sua maioria, atuam com uma perspectiva crítica e voltada

³O lucro do capitalista provém de processos ocorrentes na esfera da produção (Braz e Netto. 2010, p. 97).

para os interesses da classe trabalhadora, como é o caso do curso de graduação em Serviço Social, apesar dessa perspectiva, sem dúvidas, todas as profissões somente existem nessa sociedade, por possuírem funções específicas para corroborar com sua manutenção.

II. Alguns aspectos históricos acerca do serviço social no brasil: breves considerações.

O Serviço Social surge no Brasil durante a década de 1930, por intermédio das primeiras escolas de Serviço Social, em São Paulo (1936) e 1937 no Rio de Janeiro; emerge para responder às necessidades postas pelo processo de industrialização que ocorria no país. De início, as expressões da “questão social⁴” no século XX eram respondidas através da violência policial, isto é, o pauperismo era criminalizado e tratado como caso de polícia e o indivíduo em vulnerabilidade socioeconômica culpabilizado por sua condição de miséria. Surge a necessidade de uma profissão para responder às demandas postas nesse novo cenário, desta forma as recém-formadas⁵ assistentes sociais trabalham diretamente com as expressões da questão social, visando naquele período histórico “conservar a moral e os bons costumes”, atuando de forma a diminuir as desigualdades sociais criadas pelo próprio capital.

Destacamos que nesse momento a profissão detinha uma ligação com a igreja católica e suas bases eram conservadoras, tendo uma grande influência teórica do neotomismo, onde se desenvolviam ações filantrópicas e de caridade com intenção de “ajudar” o indivíduo *desajustado*. Existia uma influência do Serviço Social europeu e estadunidense, que trabalhavam com o Serviço Social de caso, grupo e comunidade, visando o ajustamento do sujeito na sociedade e sem perspectiva crítica.

O Serviço Social tradicional permanece inquestionável até os anos 1950, quando começa a ser revisado, por uma série de questões que perpassam a

⁴De acordo com Pimentel “o termo “Questão social”, segundo Castel, surge pela primeira vez no jornal legitimista La Quotidienne, em 1831[...] o termo em si é de origem liberal referido ao fenômeno do pauperismo dos trabalhadores decorrente do processo de industrialização na Inglaterra [...].

⁵O surgimento da profissão é marcada pela presença efetiva e exclusiva de mulheres com boas condições financeiras (conhecidas como damas da caridade) que possuem uma ligação direta com a igreja católica, vista pela sociedade da época como “moças boas”, pois para a sociedade e para igreja “[...] cabe á mulher na preservação da ordem moral e social e o dever de tornarem -se aptas para agir de acordo com suas convicções[...]”(IAMAMOTO; CARVALHO. 2006, P.172).

época. Naquele momento, a profissão inicia um processo de renovação, que de acordo com Netto (2008) diz respeito a um conjunto de ações organizadas, com a natureza inovadora que articulam as bases tradicionais, com o objetivo de responder às demandas sociais. Isso significa que os próprios profissionais começam a se questionar sobre as bases da profissão, é importante apontar que também é nesse período histórico que ocorre o afastamento da doutrina da igreja com a profissão, então o serviço social torna-se laico⁶. Neste momento o Serviço Social aproxima-se das ciências sociais, e do marxismo de forma enviesada⁷, período em que a profissão *começa* a adquirir um conhecimento crítico. Posteriormente, surgem os cursos de graduação e pós-graduação, conseqüentemente, modificando a formação e a prática profissional.

O Serviço Social é uma profissão que lida em seu cotidiano com expressões da “questão social” e sobre isso IAMAMOTO (2009, p.05) aponta:

Os (as) assistentes sociais atuam nas manifestações mais contundentes da *questão social*, tal como se expressam na vida dos indivíduos sociais de distintos segmentos das classes subalternas em sua relação com o bloco do poder e nas iniciativas coletivas pela conquista, efetivação e ampliação dos direitos de cidadania e nas correspondentes políticas públicas (grifos da autora).

Salientamos que além do trabalho com a pobreza, desemprego, fome e violência estrutural, os (as) assistentes sociais atuam com outros problemas sociais não vinculados diretamente ao trabalho. A profissão visa à proteção e efetivação dos direitos da classe trabalhadora através das políticas públicas que se efetivam por meio de leis e do Estado, mesmo possuindo convicção de todos os seus limites.

Atualmente, os (as) assistentes sociais são orientados e norteados pelos princípios, direitos e deveres expressos no código de ética da profissão de 1993, na lei de regulamentação (lei 8.662/1993), e nas diretrizes curriculares da ABEPSS (1996), além de resoluções do Conselho Federal de Serviço Social

⁶ [...] tal laicização, com tudo o que implicou e implica, é um dos elementos caracterizadores da renovação do serviço social sob a autocracia burguesa. [...] os finais da década de cinquenta, a sua culminação está longe de resultar de um acúmulo “natural” – foi precipitada decisivamente pelo desenvolvimento das relações capitalistas[...] (NETTO, 2008 P.128)

⁷ “[...] a fonte primária da sustentação teórico- metodológica da construção profissional experimentava convulsões que repicavam no vazadouro constituído pelo serviço social[...]” (NETTO,2008; P. 144). Quando o serviço social entra na universidade tem uma aproximação com o marxismo através das ciências sociais, porém, não ia direto a Marx, mas a outros autores, por isso a aproximação enviesada.

(CFESS). Ocupam múltiplos espaços sócio-ocupacionais, tendo como seu maior empregador o próprio Estado, porém com competências e respaldo para atuarem também em empresas privadas, organizações filantrópicas e movimentos sociais.

De acordo com IAMAMOTO (2019, p.06):

Nesses espaços ocupacionais esses profissionais realizam assessorias, consultorias e supervisão técnica; contribuem na formulação, gestão e avaliação de políticas, programas e projetos sociais; atuam na instrução de processos sociais, sentenças e decisões, especialmente no campo sócio jurídico; realizam estudos socioeconômicos e orientação social a indivíduos, grupos e famílias, predominantemente das classes subalternas; impulsionam a mobilização social desses segmentos e realizam práticas educativas; formulam e desenvolvem projetos de pesquisa e de atuação técnica, além de exercerem funções de magistério, direção e supervisão acadêmica.

Apesar de ser uma profissão área/generalista, nesta produção, o enfoque será dado à política pública de educação superior. De acordo com a Constituição Federal de 1988 – a mais recente e em vigor, há um direito exposto no artigo nº 205 que menciona “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa[...] (BRASIL 2017, p.123)”. Visto isso, comprova-se que a educação é um direito dos cidadãos e constitui dever do Estado, significando que a sociedade tem esse direito. Sobre o trabalho dos assistentes sociais na política de educação, aponta-se que:

Segundo o CFESS o trabalho do/a assistente social na política de educação pressupõe a referência a uma concepção de educação emancipadora, que possibilite aos indivíduos sociais o desenvolvimento de suas potencialidades e capacidades como gênero humano (CFESS, 2014, p.33).

Desta forma, compreendemos que a prática profissional dos assistentes sociais está direcionada a uma educação emancipadora, que visa o pleno desenvolvimento de todos. Este profissional deve possuir uma visão diferenciada das demais profissões, pois toma conhecimento dos antagonismos postos no modo de produção capitalista, no qual o produtor direto não é possuidor dos meios de produção, sendo condicionado a vender sua força de trabalho para sobreviver, na maioria das vezes por um salário irrisório, pois disputa vaga com um exército de reserva, devido às desigualdades sociais construídas historicamente através da exploração do trabalho alheio e suas implicações, atingindo inclusive a educação da população.

No mercado de trabalho, houve a necessidade de um profissional que atendesse de alguma forma às demandas sociais a fim de diminuir as desigualdades causadas pelo sistema do capital (de início, a caridade e filantropia faziam seu papel como reprodutoras desse modo de produção, posteriormente necessitando de conhecimento científico). Sobre a prática dos assistentes sociais, estabelecendo diálogo entre a educação, o CFESS divulga:

[...] a compreensão de que o trabalho do/a assistente social, no campo da educação, não se restringe ao segmento estudantil e nem às abordagens individuais. Envolve também ações junto às famílias, aos professores e professoras, aos demais trabalhadores e trabalhadoras da educação, aos gestores e gestoras dos estabelecimentos públicos e privados, aos/as profissionais e às redes que compõem as demais políticas sociais, às instâncias de controle social e aos movimentos sociais, ou seja, ações não só de caráter individual, mas também coletivo, administrativo-organizacional, de investigação, de articulação, de formação e capacitação profissional (CFESS, 2014, p.38).

Constata-se que a atuação do Assistente Social deve se dar para além do imediato, não restringindo suas ações profissionais apenas para uma demanda, considerando os indivíduos em sua totalidade, inclusive em sua relação com a sociedade de modo geral. Adiante, teceremos breves considerações a respeito da assistência estudantil e sua incorporação ao Núcleo de Assistência ao Estudante.

III. Assistência estudantil

A assistência estudantil tornou-se necessária desde que a classe trabalhadora entra na universidade, pois, para a conclusão de curso é necessário que os estudantes tenham um suporte financeiro e psicológico, pois, devido à vulnerabilidade socioeconômica em que o estudante se encontra é improvável conseguir manter-se em uma universidade sem auxílio do governo.

O Estado, por sua vez, dispõe desse investimento, pois além da importância da formação acadêmica para os indivíduos, o mesmo qualifica força de trabalho para o mercado, seja público ou privado, e isto é funcional à ordem do capital.

O PNAES – Plano Nacional de Assistência Estudantil – foi posto pelo decreto de nº 7.234 de 19 de julho de 2010 e tem como finalidade ampliar as condições de permanência e conclusão do ensino superior público federal. São objetivos do programa:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. Art. 3º O PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior. § 1- As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

O Núcleo de Assistência Estudantil de Arapiraca, fundado em 2012, é norteado por esses objetivos e com as instruções normativas do próprio NAE. Atualmente, o quadro de funcionários é composto por assistentes sociais, técnicos e com a abertura do Restaurante Universitário em 2018, uma nutricionista. A equipe multiprofissional possui comunicação interna e externa para funcionamento do programa e para atender do modo eficiente as demandas de seu público-alvo, ou seja, dos estudantes. Adiante, seguem algumas contribuições sobre a dinâmica do Núcleo de Assistência ao Estudante, na Universidade Federal de Alagoas, campus Arapiraca.

IV. A história anterior AO NAE - UFAL/arapiraca e seu processo de implantação.

Para entender todo o processo de construção das universidades e da interiorização é necessário tomar conhecimento sob a totalidade dos fatos; nesta atual conjuntura, muitas informações sobre a educação superior surgem na mídia de modo distorcido do real, para beneficiar determinados grupos da classe alta da sociedade. Segundo LINS(2016, p. 4):

A educação superior vai se consolidando enquanto direito e questão nacional, e entre as décadas de 1930 e 1940, surgem uma série de decretos e leis que vão nortear os rumos da educação, lembrando que sempre associada à lógica do capital, de modo a se destacar o incentivo ao ensino técnico e profissionalizante, surgindo o SENAI e SENAC, como formadores de profissionais para os setores como indústria, agrícola e comércio.

A concepção de que o ensino público não é satisfatório e que todas as instituições deveriam ser privatizadas é fortemente reproduzida na sociedade e isto promove meios para que os indivíduos “optem” por pagar por serviços particulares e também por cursos de curta duração para entrarem imediatamente no mercado de trabalho; muitos fazem essa escolha, mesmo sabendo da importância de um ensino superior de qualidade, porém, sem alternativas, precisam trabalhar para o próprio sustento, pois a universidade e a assistência estudantil não conseguem atender a toda a demanda social.

Segundo CORAL (2014), é em 1961, no governo de Juscelino Kubitschek, que é fundada a Universidade Federal de Alagoas - UFAL, Campus AC Simões, na capital do Estado, em Maceió, devido a processo de ampliação das instituições públicas (que ocorria desde os anos de 1940).

Em instituições públicas, adquire-se uma percepção de mundo diferente do que vivenciamos em nosso cotidiano e, com o processo de interiorização, essa visão é ampliada para muitas pessoas da classe mais vulnerável da sociedade, pois o público atendido é diversificado e os conteúdos críticos condizentes com a realidade. Muitos indivíduos pertencentes à classe trabalhadora tiveram oportunidade de entrar em uma universidade pública, gratuita e de qualidade, sendo aqueles indivíduos que não possuíam condições de se afastarem do seio familiar e se manterem na capital do estado de Alagoas.

No processo de interiorização, ocorreu a criação do campus Arapiraca em 2006 (com as unidades educacionais em Palmeira dos Índios, Viçosa e Penedo) e em Delmiro Gouveia (com unidade em Santana do Ipanema). De acordo com o próprio site da UFAL “O *Campus* de Arapiraca é fruto do processo de Expansão das Universidades Federais Brasileiras desenvolvido pelo Governo Federal durante a gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Teve sua implantação na gestão da profa. Ana Dayse Rezende Dorea em setembro do ano de 2006” (UFAL, 2008?).

Mesmo ofertado o acesso às universidades públicas federais, com as desigualdades sociais presentes no modo de produção capitalista e, mais expressivas nas cidades do interior do estado, inúmeros indivíduos, por mais

esforço e dedicação que tivessem para ingressar na universidade, não conseguiriam manter-se sem adequada assistência, havendo muitos já assistidos por outros programas do governo federal, como Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada.

De acordo com o decreto de nº 6.096, de 2017, o REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – foi criado no governo do presidente Lula da Silva, em 2007, com o objetivo de “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais”. O Programa também visa diminuir as desigualdades sociais do país, especialmente no âmbito da educação superior.

O Núcleo de Assistência ao Estudante (NAE) de Arapiraca surge em meio a uma interiorização importantíssima para a região, porém carregada de desafios para aqueles que nela ingressam e também para professores e técnicos envolvidos no processo, pois os recursos e estrutura sempre dificultaram a formação dos estudantes. Mesmo com esses impasses, a universidade resiste e forma profissionais de qualidade e comprometidos com sua prática profissional.

A realidade do campus AC Simões e do campus Arapiraca são distintos, devido a todas as especificidades de cada um, até mesmo geograficamente. Outro programa de incentivo à permanência e conclusão dos cursos superiores é proposto pela PROEST – Pró-reitoria estudantil, no Campus AC Simões – e pelo NAE – Núcleo de Assistência ao Estudante, nos interiores – ambos têm por finalidade:

Assistir à comunidade estudantil em toda sua plenitude e planejar, gerir e executar as políticas e atividades estudantis, promovendo ampla integração do corpo discente, comunidade e Universidade. Seguindo a política de assistência ao estudante na UFAL, a Proest desenvolve programas mediante quatro linhas prioritárias de ação – inclusão e permanência; apoio ao desempenho acadêmico; promoção da cultura, do lazer e do esporte; e assuntos de interesse da juventude. Destas linhas, resultam programas de assistência à saúde, à moradia, à alimentação, bolsas permanência, programas de apoio à vida acadêmica nas dimensões social, política, cultural, esportiva e de formação técnica (UFAL, 2017).

Não são todos os serviços ofertados pelo campus, as assistentes sociais, profissionais às quais o artigo faz menção enfrentam desafios para efetivação da política, e algumas demandas dos estudantes precisam ser encaminhadas para outros profissionais, dentro e fora da instituição, como é o caso de alunos que necessitam de atendimento psicológico (demanda recorrente no campus).

V. Conclusão

O olhar do (a) assistente social na política de educação é imprescindível para seu planejamento, efetivação e permanência dos estudantes na universidade. Com domínio sobre o campo político, social e econômico, o profissional atua diante de problemas sociais e desdobramentos da “questão social”, tendo em vista o perfil de seus usuários – filhos da classe trabalhadora – com a *oportunidade* de concluir um curso de nível superior, os jovens das camadas mais vulneráveis da sociedade adquirem conhecimento e podem melhorar sua vida e de sua família, bem como passar a reivindicar seus direitos.

Dentro do Núcleo de Assistência ao Estudante é necessário que o profissional – assistente social – realize as demandas institucionais, tendo em vista que o mesmo precisa estar institucionalizado para conseguir manter-se financeiramente e para responder às demandas dos estudantes. A profissional lida diariamente com documentação, necessitando assim de responsabilidade e competência, para não tornar este um serviço meramente burocrático, mas que exija do/a profissional as competências: teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, além da dimensão investigativa, como acrescenta a autora e assistente social Yolanda Guerra (2009).

O processo de seleção para a concessão de bolsas é um exemplo de desafios e possibilidades. Exige um profissional extremamente competente e qualificado para avaliar todos os cadastros, pois são as condições de vida do usuário/estudante o que está sendo avaliado e é isso que impactará os resultados de tal avaliação. Como não existe orçamento para atender a toda a comunidade acadêmica, é necessário selecionar aqueles mais vulneráveis da sociedade, um desafio e ao mesmo tempo uma possibilidade de inserir um

estudante na política de assistência, para que o mesmo possa dedicar-se e concluir o curso.

Deve-se ter claro que o estudante e sua família não devem ser responsabilizados por sua condição de classe e que é um direito do indivíduo todos os serviços oferecidos pelo NAE. Cabe aos assistentes sociais realizarem entrevistas, visitas e/ou outras intervenções na Universidade; perceber e intervir nos problemas sociais que assolam os estudantes; atuarem criticamente por uma atuação que vise à emancipação humana, lutar por melhores condições de vida da classe trabalhadora e inclusive pela superação desta sociedade do capital, desumana e desigual.

Ciente de que a profissão não é revolucionária, os assistentes sociais devem realizar sua atuação dentro de seus limites e possibilidades; sempre contra todas as formas de opressão (inclusive na universidade), considerando que esta é uma instituição burguesa. Norteando-se pelo Código de ética profissional e, se preciso, buscando auxílio nos Conselhos regionais e federais da profissão (CFESS e CRESS), pois existe um respaldo legal para toda atuação profissional, inclusive resguardando sua autonomia.

Referências

ARAÚJO, Josimeire. **O ELO ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO: ANÁLISE ASSISTÊNCIA/DESEMPENHO NO PROGRAMA RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA ALAGOANA**. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9984>. Acesso em: 20 fev. 2019.

CFESS. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. Brasília. 2014.

CORAL, Marinês. **AS CONTRADIÇÕES E TENDÊNCIAS DO PROCESSO DE EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS E SEUS REBATIMENTOS NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS**. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/26611>. Acesso em: 5 mar. 2019.

CORAL, Marinês. **A expansão e interiorização da universidade federal de alagoas no agreste alagoano e a formação profissional na área do Serviço Social**. Projeto de Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco [s.n.], 2014.

_____. **DECRETO Nº 14.343, DE 7 DE SETEMBRO DE 1920.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14343-7-setembro-1920-570508-publicacaooriginal-93654-pe.html>. Acesso em: 6 mar. 2019.

_____. **DECRETO Nº 6.096, DE 24 DE ABRIL DE 2007.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm. Acesso em: 6 mar. 2019.

_____. **DECRETO Nº 7.234, DE 19 DE JULHO DE 2010.** Disponível em: <http://portal.ifrn.edu.br/institucional/planejamento/arquivos/decreto-no-7-234-2010-dispoe-sobre-o-programa-nacional-de-assistencia-estudantil-pnaes/view>. Acesso em: 4 mar. 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, de Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 19. Ed.- São Paulo: cortex [Lima, Peru]: celets, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na cena contemporânea. CFESS, ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** CEAD/UnB. Brasília. 2009.

LINS, Victor. **ANÁLISE INSTITUCIONAL. Núcleo de Assistência ao Estudante (NAE) – Palmeira dos Índios.** 2016.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64.** 12 ed.- São Paulo: Cortez, 2008.
Normatização do Núcleo de Assistência ao Estudante nos Campi do Sertão e Arapiraca. Disponível em: <https://ufal.br/estudante/documentos/manuais/normatizacao-dos-nucleos-de-assistencia-ao-estudante>. Acesso em: 4 mar. 2019.

PIMENTEL, Edlene. **As Bases Ontológicas da Questão Social** - ISSN: 1981-3384 V. 11. Boletim Tempo Presente (UFRJ), v. 11, 2016.

GUERRA, Yolanda. **A dimensão investigativa no exercício profissional.** Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/C8pQHQOyl68c9Bc41x5Y.pdf>. CFESS, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Campus Arapiraca.** [S.l.] [2008?], Disponível em: <http://www.ufal.edu.br/arapiraca/unidades-de-ensino/arapiraca-1>. Acesso em: 1 jun. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Estudantil – Proest.** [S.l.][2017?]. Disponível em: <https://ufal.br/ufal/institucional/pro-reitorias/proest>. Acesso em: 10 jun. 2019.